



CONSELHO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

RUA 06 N° 3265 – ALTO DO SANTANA – CEP:13504-188 – RIO CLARO – SÃO PAULO

Conselho Municipal de Educação de Rio Claro

Reunião Extraordinária

01	Aos dezoito dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte, às quatorze horas, reuniram-
02	se extraordinariamente através de vídeo conferência o Conselho Municipal de Educação de
03	Rio Claro, os conselheiros presentes: Alexandra Cristina Delbon, Camila Cilene Zanfelice,
04	Huri Ferreira, Jeferson Mello Souza, Luciana de Lourdes dos Santos, Luciana Helena
05	Pizzinatto, Maria Antonia Ramos de Azevedo, Mario Davi do Amaral Veiga, Mônica Cristina
06	Q. Christofolletti, Osmar Arruda Garcia, Paulo César Aparecido Apolari, Raquel Ribeiro,
07	Rôsângela de Lourdes Silva de Freitas, Sandra Helena Tinós, Simone Michelin Iost Giovani,
08	Thaís Machado Bueno Archangelo e Valneide Anastacio dos Santos. Os demais não se
09	manifestaram ficando ausentes. A presidente Luciana iniciou a reunião apresentando a pauta
10	da reunião que se fez necessária devido à complexidade de realizar avaliações e portfólios das
11	atividades realizadas pelas famílias com as crianças em casa. Porém, antes, fez-se necessário
12	pontuar dois informes: um representante da OAB solicitou a presença de representantes do
13	Sindicato e do Conselho em uma reunião com representantes das escolas particulares para
14	sanar dúvidas relativas aos Sistemas de Educação e a dúvidas em relação à demora em
15	determinadas solicitações encaminhadas. A reunião foi interrompida por alguns instantes para
16	corrigir um problema no áudio da presidente. A conselheira Sandra perguntou se foi iniciada
17	uma Ação, e a presidente informou que primeiramente ocorreu uma série de questionamentos
18	e não Ação Judicial, apesar de a imprensa divulgar que foi realizado um pedido de liminar
19	para que as escolas particulares do município pudessem realizar o retorno das aulas
20	presenciais. Algumas perguntas realizadas previamente foram orientadas a serem feitas para a
21	Secretaria de Educação já que não era de responsabilidade do Conselho e que, no geral, ficou
22	subentendido que as escolas particulares têm dúvidas sobre a qual sistema faz parte. A
23	presidente ainda informou que os prefeitos possuem autonomia para decidir sobre o retorno
24	ou não das aulas presenciais nas suas cidades. Os conselheiros, através do <i>chat</i> , acataram a
25	solicitação de representação. A conselheira Luciana Helena lembrou que na última reunião
26	deste Conselho, ela se posicionou a favor do retorno das aulas presenciais nas escolas
27	particulares do Sistema Estadual (não clandestinas) e solicitou que, caso fosse questionado
28	sobre a decisão de indicar ao prefeito o não retorno as aulas presenciais, que fosse observada
29	que esta foi à posição da maioria e não da totalidade dos conselheiros. A presidente observou
30	que informou ao representante da OAB que entre os membros do COMERC há representantes
31	das escolas particulares e que as decisões são tomadas pela maioria. A conselheira Monica
32	observou a importância da presença da conselheira Luciana Helena no Conselho e que as
33	decisões são tomadas de forma coletiva e que devem expor a decisão da maioria; em relação
34	às escolas clandestinas, é necessário que haja denuncia formal junto à SME para que esta
35	possa tomar as devidas providências legais, seja através da ouvidoria seja diretamente junto a
36	SME. O conselheiro Jeferson observou que não é possível para a SME identificar, localizar e
37	entrar na escola clandestina sem uma justificativa legal, que é embasada com a denuncia
38	formal. A presidente solicitou para que a conselheira Sandra compartilhasse um
39	acontecimento pessoal que a deixou preocupada. A conselheira citada relatou que um homem
40	a abordou em sua residência perguntando se ali ela cuidava de crianças e ela negou dizendo
41	que cuidava apenas do filho, esse homem disse que pensava que ali ela “pegava criança para



CONSELHO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

RUA 06 N° 3265 – ALTO DO SANTANA – CEP:13504-188 – RIO CLARO – SÃO PAULO

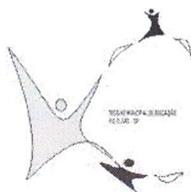
42 olhar” e, esse acontecimento fez com que ela se questionasse o interesse daquele homem e
 43 que, em outro momento, conversando com mães da escola tomou conhecimento de pessoas
 44 cuidando de crianças para que os pais possam trabalhar e até que algumas dessas pessoas
 45 seriam eventuais da rede municipal. A conselheira Monica manifestou preocupação em
 46 relação a essas “cuidadoras” serem funcionárias da rede e lembrou-se da discussão acerca da
 47 creche parental. A conselheira Sandra colocou uma preocupação acerca do documento
 48 enviado à presidente, pois muitas escolas na cidade funcionam em residências adaptadas para
 49 receberem crianças e que, caso as grandes escolas particulares recebam a autorização para
 50 funcionar, as escolas pequenas e sem a devida estrutura para garantir as condições de saúde
 51 diante da pandemia e que, entende e respeita essas pessoas que possuem escolas pequenas
 52 assim como a necessidade dos pais que não possuem apoio dentro da família para deixar seus
 53 filhos enquanto trabalham. A conselheira Monica observou que infelizmente temos que
 54 trabalhar com o que cabe ao Conselho. A presidente colocou que pretende participar de forma
 55 bem específica durante a reunião, de acordo com o que cabe ao COMERC. O conselheiro
 56 Huri perguntou se houve retorno do Secretário sobre a situação das mães servidoras que
 57 voltaram ao trabalho presencial e que precisam de creche para os filhos. A presidente
 58 informou que em contato com o DMSO, foi informada que o órgão estava regulamentando
 59 alguns pontos, mas que não tem detalhes específicos sobre esse ponto, mas que a preocupação
 60 deles é com as crianças. A presidente informou, em resposta a conselheira Sandra, que a
 61 reunião do Secretário com o representante do CMDCA será com o conselheiro Peterson
 62 Santili. A conselheira Monica complementou que o CMDCA solicitou uma reunião online
 63 para tratar da CIAR com o Secretário. A conselheira Sandra destacou que em conversa
 64 anterior com o conselheiro Peterson, à época presidente do CMDCA, este relatou a
 65 preocupação com a evasão escolar. A conselheira Monica informou que a questão da evasão
 66 deve ser tratada tanto pelo Secretário quanto pelo CMDCA, pois é uma preocupação de
 67 ambos os órgãos. A conselheira Rosângela pediu a palavra para esclarecer que as escolas
 68 particulares cadastradas na Rede já receberam a documentação referente à decisão de não
 69 retomada às aulas presenciais. A presidente deu continuidade à pauta da reunião sobre a
 70 avaliação dos alunos e solicitou à conselheira Sandra que se manifestasse como representante
 71 daqueles que enviaram o ofício para elucidar quaisquer dúvidas que ainda se fizessem
 72 presentes. A conselheira lembrou argumentação anterior salientando as dificuldades
 73 enfrentadas em relação à elaboração de avaliações, pareceres e portfólios das atividades
 74 desenvolvidas pelos alunos e as famílias e propôs pensar em outra forma de realizar as
 75 avaliações, elaboração de relatórios e a discussão com o COMERC e o CAP para avaliar essa
 76 proposta. A conselheira Camila discursou sobre como as escolas tem atuado em relação ao
 77 envio das atividades e que os professores não vão acompanhar a realização das atividades,
 78 apenas receberão um relato ou imagens com a realização das mesmas e que o olhar técnico do
 79 professor sobre a atividade proposta, como as crianças interagiram e reagiram com a atividade
 80 não será realizada, uma vez que o retorno será diverso, de acordo com a devolutiva das
 81 famílias, prejudicando a análise qualitativa das mesmas e levantou vários pontos de relevância
 82 para o assunto inclusive com base na legislação existente. A presidente compartilhou uma
 83 conversa com uma psicopedagoga que a marcou em relação à avaliação nesse período de
 84 pandemia “ou o professor confia no retorno das famílias ou esqueça a avaliação” e a sua
 85 impressão de que a educação infantil é uma situação difícil de entender e avaliar. A
 86 conselheira Monica informou que a SME teve uma conversa inicial com o CAP e a



CONSELHO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

RUA 06 Nº 3265 - ALTO DO SANTANA - CEP:13504-188 - RIO CLARO - SÃO PAULO

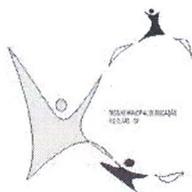
87 supervisão discutindo a deliberação 001, o ofício da educação infantil, deliberação 01/2020
 88 sobre as formas de avaliar a educação infantil e chegou-se a conclusão preliminar que na
 89 educação infantil, não é possível fazer portfólio das atividades remotas, mas que ao
 90 encaminhar atividades remotas planejadas pelos professores o aconselhável seria um parecer
 91 final descritivo por classe com base no artigo 4º, inciso quinto, parágrafo primeiro da
 92 resolução 10 que trata do que deve ser priorizado nas atividades remotas, a partir do que for
 93 enviado de retorno pelos pais na educação infantil; sobre o ensino fundamental, foi discutida
 94 preliminarmente, a elaboração de um parecer descritivo anual e o portfólio com um trabalho
 95 realizado no início do ano e com o trabalho enviado remotamente. A conselheira Simone
 96 colocou sua observação sobre sua experiência com seus filhos e destacou a importância do
 97 olhar preparado do professor durante a realização das atividades para saber como se dá a
 98 evolução dos alunos ao longo do tempo e talvez a melhor forma da avaliação ocorrer com
 99 menor prejuízo, seja os educadores darem alguma explicação de como as atividades devam
 100 ser realizadas e quais os objetivos que devem ser observados pelos pais. A conselheira Maria
 101 Antonia colocou como é desafiador falar de avaliação em quaisquer posições, pois o professor
 102 tem um objetivo ao avaliar os alunos e os pais não podem ser cobrados por não ter a visão
 103 profissional que o professor possui, mas é importante que os pais percebam a importância da
 104 atuação deles nesse processo nesse momento, sugeriu ainda que se fosse possível aos
 105 professores solicitarem as gravações das atividades e não apenas fotos e registros em áudio. A
 106 conselheira Sandra observou que os pareceres e os portfólios compõem o percurso da criança na
 107 Rede e existe uma preocupação dos profissionais em relação ao conteúdo dos pareceres e
 108 portfólios quando produzidos pelos profissionais da educação e a forma como está sendo
 109 proposta não vai ser possível. Observou ainda a possibilidade de algumas famílias não
 110 realizarem as atividades propostas pelos professores, então o parecer coletivo vai ser falho, a
 111 conselheira ainda fez um encaminhamento para que haja uma reunião entre COMERC,
 112 escolas e CAP para discutir as questões citadas, pois devido à proximidade da reunião do
 113 COMERC no dia quatro de setembro, o grupo que discutiu as questões foi reduzido, e existem
 114 divergências e muito a ser discutido sobre esse trabalho e, que os profissionais do
 115 fundamental II também devem ser ouvidos. A presidente tomou a palavra e compartilhou suas
 116 observações sobre reuniões online que tem participado em relação ao maior entendimento dos
 117 pais sobre a importância do olhar do professor e, da mesma forma, os professores
 118 compreendem as observações feitas pelos pais, sendo assim, acredita ser importante o
 119 COMERC desenvolver uma *live* ou uma reunião para que a comunidade possa falar,
 120 perguntar e entender a proposta da avaliação e como vai acontecer durante a pandemia. A
 121 conselheira Camila comentou as falas anteriores informando como os pais retornam as
 122 atividades dos filhos para as escolas; complementou que a avaliação deveria indicar as
 123 dificuldades enfrentadas com os alunos, como foi superada, quais atividades a criança realiza
 124 sozinha ou com ajuda de adultos e as informações contidas no portfólio auxilia o trabalho do
 125 educador que vai acompanhar o aluno futuramente, e que infelizmente, o ano letivo 2020 está
 126 comprometido e que realizar um relatório final e coletivo trará menos danos do que um
 127 relatório individual com base no retorno que as escolas receberão das famílias, pensando
 128 ainda que as atividades são planejadas sem que os professores recebam as devolutivas a
 129 tempo de serem analisadas; e gostaria que o COMERC assumisse que o ano de 2020 está
 130 comprometido, que a avaliação não vai ser produtiva e que essa dificuldade não caia em cima
 131 do aluno. A presidente agradeceu e salientou a importância da explicação da fala da



CONSELHO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

RUA 06 N° 3265 – ALTO DO SANTANA – CEP:13504-188 – RIO CLARO – SÃO PAULO

132 conselheira Camila e colocou que nos pareceres coletivos, quando o professor identificar
 133 algum ponto de destaque entre os alunos, que nada impede os professores de destacarem essas
 134 ocorrências dentro do parecer coletivo. O conselheiro Osmar tomou a palavra e trouxe a
 135 importância de observar-se que nada do que está acontecendo é normal, nem o processo nem
 136 no momento em que estamos vivendo, apontou a existência de que já há estudos que mostram
 137 que para recuperar o ano letivo de 2020, serão necessários muitos anos, ele concorda com o
 138 parecer coletivo para a educação infantil, pois haverá falhas em se fazer uma avaliação
 139 aprofundada, um relatório descrevendo como foram aplicadas as atividades e, quem olhar
 140 para o registro do aluno no ano de 2020 deverá lembrar que este foi o ano em que muito foi
 141 impedido de se realizar e ter essa consciência, e o que deve ser pensado são “entre o ideal e o
 142 real, o que pode ser realizado?”. A conselheira Monica observou que a proposta da presidente
 143 é de informar e compartilhar com a comunidade o que vem acontecendo e é possível de
 144 acontecer e que a elaboração de um documento tenha que acontecer, pois a avaliação também
 145 acontece para que o educador pense e repensem quais serão os próximos passos a serem
 146 tomados. A conselheira Sandra se colocou contra as colocações anteriores uma vez que
 147 algumas famílias não possuem recursos financeiros e tecnológicos para retornar as atividades
 148 para as escolas, solicitou ainda a possibilidade de deliberar sobre a reunião entre gestores das
 149 escolas, o COMERC e o CAP. A presidente observou que não entende que haja muito
 150 distanciamento entre o que está sendo proposto e a solicitação feita pela conselheira, que a
 151 individualidade dos conselheiros faz com que o grupo seja forte e que há a necessidade de
 152 uma explicação do porque o Conselho tomou as decisões que tomou e sugeriu que a
 153 deliberação que será elaborada, seja com a ajuda dos gestores e da SME para que seja claro. A
 154 conselheira Camila não concordou com a fala da conselheira Sandra e entendeu que a SME
 155 quer dialogar com a rede e que os servidores devem aproveitar, observou ainda que a
 156 princípio entendeu que a solicitação da conselheira Sandra ia ao sentido que está sendo
 157 tomado. O conselheiro Osmar reforçou as dificuldades que todos têm encontrado e que como
 158 idealista da educação tem que rever alguns conceitos para atender a demanda que é
 159 apresentada pelas famílias e que, infelizmente, abrir mão momentaneamente do idealismo não
 160 quer dizer que se deva deixar de olhar para o ideal quando no momento não é possível o ideal
 161 se realizar. A presidente apontou que de acordo com o documento enviado pelas
 162 coordenadoras de educação, entendeu como a conselheira Camila, que a solicitação era de
 163 uma maior abertura para discussão da forma de avaliar, mas que de frente a divergências, será
 164 realizada uma votação. A conselheira Monica afirmou que a proposta realizada foi feita de
 165 acordo com o que foi apresentado em diversas reuniões realizadas entre o CAP e os
 166 professores coordenadores dentre outras, pediu calma e tranquilidade, pois todas as pessoas
 167 ligadas a Rede está perdendo seja aluno, professor ou demais funcionários, e é necessária uma
 168 próxima reunião para deliberar sobre o assunto. A presidente relendo o documento da escola
 169 agrícola que segue na mesma linha que os conselheiros seguiram e afirmou estar em
 170 dificuldade de compreensão sobre o que está sendo solicitado ou acatado. O conselheiro
 171 Mario discordou da fala da conselheira Sandra sobre a falta de abertura para diálogo entre a
 172 SME e os servidores, uma vez que a SME tem realizado trabalhos de aproximação entre
 173 servidores e SME. A presidente se colocou como responsável pela aceleração dos trabalhos
 174 das deliberações anteriores para que o trabalho dos conselheiros Jeferson e Rosangela junto a
 175 SME não ficasse prejudicado. A conselheira Sandra retomou a palavra para esclarecer que o
 176 documento enviado é de uma parte dos professores coordenadores e não abrange a sua



CONSELHO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

RUA 06 Nº 3265 - ALTO DO SANTANA - CEP:13504-188 - RIO CLARO - SÃO PAULO

177 totalidade, por isso solicita a reunião, pois infelizmente não foi possível ouvir todos, que a
 178 SME ficou desde março distante e que bom que está se aproximando agora, há muitos
 179 servidores que precisam ser ouvidos e alguns deles não tem voz por medo ou por quaisquer
 180 que sejam os motivos, se desculpa pela forma com a qual falou, mas que considera que a
 181 SME ficou meses sem se manifestar e essa atitude significou muito para muita gente. Nesse
 182 sentido, a presidente fez o seguinte encaminhamento: que a SME envie para o COMERC a
 183 proposta elaborada, o COMERC elabora a deliberação três sobre a avaliação em período de
 184 pandemia, e após, o COMERC realiza uma *live* ou reunião para explicar como se deu o
 185 processo que desencadeou as deliberações e solicitou que os conselheiros se manifestassem
 186 no *chat*. A conselheira Sandra colocou em dúvida qual seria a dificuldade dos demais
 187 conselheiros entenderem o que ela propôs, a presidente informou que seria a demora em
 188 realizar a reunião, a conselheira Camila apontou a impossibilidade de reunir todos os
 189 interessados. A conselheira Monica informou que o CAP tem feito reuniões com os
 190 professores coordenadores e professores PEB II e que há outros seguimentos que vem
 191 trazendo seus apontamentos para o CAP e a conversa vem acontecendo. A presidente leu a
 192 observação dos conselheiros Huri e Maria Antonia que concordam com as observações da
 193 conselheira Sandra. A conselheira Monica apontou que o CAP está recebendo todas as
 194 informações e observações apontadas por todos os seguimentos e dando encaminhamento. De
 195 acordo com a votação proposta pela presidente, a maioria escolheu que a SME encaminhe a
 196 documentação existente para que seja elaborada em conjunto a deliberação três do COMERC
 197 que discorrerá sobre a avaliação dos estudantes durante esta pandemia e que posteriormente, o
 198 COMERC realize uma *live* ou reunião online para esclarecer os motivos que levaram a esta
 199 deliberação, assim como dar espaço para as conselheiras Sandra e Maria exporem os seus
 200 posicionamentos. A conselheira Monica informou que enviará os documentos na próxima
 201 quarta feira. Sem mais nada a tratar, deu-se por encerrada a reunião na qual eu, Simone
 202 Michelin Iost Giovanni, lavrei a presente Ata que segue assinada por mim e pelos demais
 203 presentes:
 204 Simone Michelin Iost Giovanni 
 205 Luciana de Lourdes dos Santos 